

Política de Privacidade

Proteção de dados pessoais - RGPD

Versão 1.0 - Maio de 2026

| | | | |
|---|-------------------|---|------------------------------------|
| Entidade: Carla Vaz e Pedro Esteves Lda | NIF: 509870805 | Morada fiscal: Av. dos Namorados, 31 - Orgens, 3510-674 Viseu | E-mail: phafecognopro@gmail.com |
|---|-------------------|---|------------------------------------|

A presente Política de Privacidade descreve, de forma transparente, como são tratados dados pessoais no âmbito da plataforma PHAFE-COGNOPRO, incluindo dados de utilizadores, faturação, pagamentos, utentes, resultados de avaliação, relatórios e registos técnicos.

1. Responsável pelo tratamento

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais é Carla Vaz e Pedro Esteves Lda, NIF 509870805, com morada fiscal em Av. dos Namorados, 31 - Orgens, 3510-674 Viseu, contactável através do e-mail phafecognopro@gmail.com.

Para questões relacionadas com proteção de dados, exercício de direitos, privacidade ou segurança da informação, o titular pode contactar a entidade responsável através do endereço eletrónico indicado.

2. Dados pessoais tratados

No âmbito da plataforma podem ser tratados dados de identificação, contacto, credenciais de conta, dados profissionais, dados de faturação, dados de pagamento, registos de aceitação de termos, dados técnicos de acesso, logs de segurança, dados de utentes/avaliados, dados de aplicação de testes, respostas, pontuações, indicadores, relatórios e histórico de utilização.

Consoante o contexto de utilização, os resultados de avaliação psicológica, clínica, psicométrica ou funcional podem constituir informação de natureza sensível ou exigir especial confidencialidade. A introdução e utilização desses dados deve respeitar base legal adequada e deveres profissionais aplicáveis.

3. Finalidades do tratamento

Os dados são tratados para criação e gestão de contas, autenticação, prestação do serviço, aplicação de instrumentos, correção automática, geração de relatórios, gestão de utentes, arquivo de resultados, licenciamento, faturação, pagamentos, suporte, segurança, prevenção de abuso, melhoria da plataforma, cumprimento legal e defesa de direitos.

Os dados podem ainda ser tratados para envio de comunicações estritamente relacionadas com o serviço, renovações, alterações contratuais, avisos de segurança, faturação, suporte técnico e informação indispensável à utilização da plataforma.

4. Fundamentos de licitude

O tratamento baseia-se, conforme o caso, na execução de contrato ou diligências pré-contratuais, cumprimento de obrigações legais e fiscais, interesse legítimo na segurança, gestão e proteção da plataforma, consentimento quando exigido, e, em contextos específicos, fundamento adequado para dados sensíveis nos termos do RGPD.

O consentimento pode ser exigido para cookies não essenciais, comunicações de marketing, determinados tratamentos facultativos ou funcionalidades futuras que dependam de escolha livre do utilizador.

5. Dados de utentes e responsabilidade do utilizador

Quando o utilizador introduz dados de utentes/avaliados, atua como responsável, corresponsável ou entidade com legitimidade própria para o tratamento, conforme o enquadramento concreto da avaliação. A PHAFE-COGNOPRO atua, em regra, como prestadora de serviço e/ou subcontratante relativamente a esses dados, sem prejuízo de tratamentos próprios necessários à segurança, gestão técnica, faturação e cumprimento legal.

O utilizador deve garantir que os utentes foram informados, que existe fundamento de licitude adequado e que a utilização da plataforma respeita deveres de confidencialidade, segredo profissional, minimização e finalidade.

6. Subcontratantes e terceiros

Podem ser utilizados prestadores de serviços estritamente necessários ao funcionamento da plataforma, incluindo alojamento, base de dados, armazenamento, autenticação, pagamento, faturação, e-mail transacional, suporte, segurança e análise técnica.

Entre os prestadores atuais ou previstos podem incluir-se Vercel, Neon/PostgreSQL, Vercel Blob, Stripe, prestadores de pagamento portugueses, Vendus e serviços de e-mail. A utilização de ferramentas de tracking ou analytics será definida posteriormente e, quando legalmente exigido, ficará dependente de consentimento prévio.

7. Conservação dos dados

Os dados são conservados pelo período necessário à prestação do serviço, cumprimento contratual, arquivo de resultados, obrigações legais, fiscais e contabilísticas, segurança, auditoria, resolução de litígios e defesa de direitos.

Os documentos de faturação e registos contabilísticos são conservados pelos prazos legalmente exigidos. Os relatórios e dados de avaliação podem ser conservados enquanto a conta se mantiver ativa ou enquanto exista fundamento legítimo, contratual, legal ou profissional para conservação.

8. Direitos dos titulares

Nos termos aplicáveis, os titulares podem solicitar acesso, retificação, apagamento, limitação, oposição, portabilidade e retirada de consentimento quando o tratamento se baseie nesse fundamento.

O exercício de direitos pode ser dirigido para phafecognopro@gmail.com. Quando o pedido respeite dados de utentes introduzidos por um profissional ou entidade cliente, poderá ser necessário articular o pedido com esse responsável direto pelo tratamento.

O titular pode apresentar reclamação à autoridade de controlo competente, designadamente a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), sem prejuízo de outros meios legais.

9. Segurança e confidencialidade

São adotadas medidas técnicas e organizativas proporcionais para proteger os dados contra acesso não autorizado, perda, alteração, divulgação indevida, destruição ou utilização abusiva.

Essas medidas podem incluir controlo de acesso, autenticação, registos técnicos, segregação lógica, encriptação ou proteção equivalente quando aplicável, cópias de segurança, limitação de privilégios e revisão de procedimentos.

10. Decisões automatizadas e avaliação psicológica

A plataforma pode gerar pontuações, índices, perfis e relatórios com base em algoritmos de correção e normas psicométricas. Estes outputs são instrumentos de apoio técnico e não constituem, por si só, decisão final automática sobre pessoas.

A interpretação, contextualização e decisão final devem ser realizadas por profissional qualificado, considerando informação complementar, finalidade da avaliação, normas deontológicas e limites técnicos dos instrumentos.

11. Cookies, tracking e comunicações

A utilização de cookies e tecnologias semelhantes rege-se pela Política de Cookies. Cookies estritamente necessários podem ser utilizados para sessão, autenticação, segurança, preferências essenciais e funcionamento técnico da plataforma.

Cookies analíticos, estatísticos, de marketing ou tracking de terceiros apenas deverão ser ativados nos termos legalmente exigidos, designadamente mediante consentimento quando aplicável.

12. Alterações à política

Esta Política pode ser atualizada para refletir alterações legais, técnicas, operacionais, comerciais ou de segurança. A versão aplicável será identificada por número e data, podendo ser solicitada nova aceitação quando a alteração seja material ou legalmente relevante.